



RELATÓRIO DE GESTÃO **2016**



S. João da Madeira  
Câmara Municipal



## Índice

<b>I - Introdução</b> .....	<b>3</b>
<b>II - Enquadramento</b> .....	<b>4</b>
<b>III - Execução do orçamento</b> .....	<b>5</b>
Análise global .....	5
Equilíbrio orçamental .....	6
Fluxos financeiros .....	6
<b>IV - Análise da receita</b> .....	<b>7</b>
Execução da receita .....	7
Modificações orçamentais da receita .....	8
Evolução da receita .....	8
Evolução dos impostos diretos .....	10
Evolução das transferências obtidas .....	11
Evolução da receita de capital .....	12
<b>V - Análise da despesa</b> .....	<b>13</b>
Execução da despesa .....	13
Evolução da despesa .....	13
Evolução da despesa com pessoal .....	15
Evolução do investimento/ Análise da estrutura do plano plurianual de investimentos .....	17
<b>VI - Análise da situação económica e financeira</b> .....	<b>18</b>
Análise do balanço .....	18
Análise da demonstração de resultados .....	19
Análise da dívida .....	20
Evolução da dívida bancária .....	21
Endividamento municipal .....	22
Prazo médio de pagamentos .....	25
<b>VII - Proposta de aplicação de resultados</b> .....	<b>25</b>
<b>VIII - Anexo às demonstrações financeiras</b> .....	<b>26</b>



## I - Introdução

O exercício de 2016 registou uma receita total bruta de 17 milhões de euros, consubstanciando-se numa taxa de execução orçamental de 90%, a mais alta desde há mais de 10 anos.

Registe-se que a **Receita** total aumentou 1,3 milhões de euros face a 2015, registando-se o aumento de mais de 1 milhão de euros nas receitas de capital.

Dos 17 milhões de euros de receita executada, 14 milhões corresponderam a Receita Corrente e 3 milhões a Receita de Capital.

A **Despesa Corrente** foi 1,6 milhões de euros inferior à Receita Corrente, o que permitiu canalizar 1,6 milhões de euros de Receita Corrente para Despesa de Capital, tal permitindo atingir o montante de 4,7 milhões de euros em Despesa de Capital. Tal está, aliás, em linha com o conseguido nos dois exercícios precedentes, em que se conseguiu acrescida libertação de fundos correntes para aplicar em investimentos.

Em matéria de **despesas com pessoal**, não obstante a reposição total as reduções remuneratórias e o aumento da retribuição mínima garantida, verifica-se apenas um aumento de 34 mil euros, ou seja, 0,8%, o que é bem demonstrativo do esforço levado a cabo na gestão dos recursos humanos. Releve-se que o Município terminou o ano com 194 trabalhadores ao serviço, menos 25 trabalhadores que os 219 trabalhadores existentes em início de 2013, muito embora a cidade tenha hoje mais equipamentos que há 4 anos, como é o caso da Oliva Creative Factory, o Nucleo de Arte e o Museu do Calçado.

De relevar que **nos 4 exercícios até 2016, a Despesa Corrente aumentou apenas 3%, enquanto que as Receitas Correntes aumentaram 11%.**

Já em 2012 a Despesa Corrente foi 647 mil euros abaixo da Receita, libertando tal valor para Despesas de Investimento, o que era já muito significativo, mas essa diferença foi sendo fortemente ampliada atingindo em 2016 o diferencial altamente favorável de 1,7 milhões de euros de poupança corrente que se canalizou para investimento.

O **investimento** em 2016 cifrou-se em 2,5 milhões de euros. Apesar do interregno entre quadros comunitários de apoio, foi possível o início do investimento previsto no envelope de 22 projetos, dos quais se destacam: na área do urbanismo, a construção de passadeiras sobrelevadas, a requalificação de passeios e pavimentação de arruamentos; na área Educação, as obras de requalificação da escola EB1 de Casaldelo, o parque infantil de Casaldelo, diversas obras de manutenção nas escolas; na área do ambiente, o início da obra do albergue para animais errantes e a requalificação do Parque Ferreira de Castro; na área da juventude, a implantação de escorregas aquáticos nas piscinas exteriores, a construção do parque infantil no mercado; coesão social, o balneário dos Serviços Sociais no Orreiro; na cultura, o Museu do calçado; nos novos equipamentos, a instalação de desfibrilhadores, a aquisição de 4 viaturas, a substituição da cobertura da sala de chá do Parque N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Milagres.

Suportado por uma sólida situação financeira, ainda reforçada no exercício de 2016, a dívida do Município voltou a diminuir face ao ano anterior.

Assim, a 31 de dezembro de 2016 a **dívida** total do Município a terceiros apresentou um valor de 5,7 milhões de euros (-675 mil euros face a 2015), sendo constituída em 81% por dívida de médio e longo prazo e em 19% por dívida de curto prazo, proporção que evidencia uma excelente estrutura de financiamento. A dívida de MLP decresceu 6,5 milhões de euros (-58%) nos 4 exercícios de 2013 a 2016, correspondendo 5 milhões de euros a dívida de empréstimos bancários, e



1,5 milhões de euros a outras dívidas de MLP a fornecedores. Da forte redução da dívida nos exercícios de 2013 a 2016, resultou que a dívida total do município se reduziu 7,3 milhões de euros, passando de 13 para 5,7 milhões de euros.

Simultaneamente, no mesmo período de 4 exercícios até 2016, o município **investiu** 20 milhões de euros em despesas de capital que foram aplicados em múltiplos projetos na cidade.

Em 2016 o Prazo Médio de Pagamento do nosso município foi de 39 dias.

**O rigor das contas, a criteriosa aplicação do investimento municipal e o eficaz controlo da despesa continuam a constituir os princípios basilares orientadores da gestão municipal, capazes de fazer o Município de S. João da Madeira, num período de 4 exercícios reduzir a dívida em 7,3 milhões de euros, ao mesmo tempo que garante o investimento de 20 milhões de euros. Suportado por esta sólida situação financeira e num período de carência de fundos comunitários, o ano 2016 fica marcado pelo investimento de 2,5 milhões de euros, a continuação da redução da dívida municipal e a apresentação de resultados e contas equilibradas, evidenciando uma robusta situação financeira que se vem reforçando, como demonstrado, no relatório de gestão a seguir apresentado.**

## **II - Enquadramento**

O relatório de gestão de 2016 foi elaborado em observância do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e faz parte integrante dos documentos de prestação de contas a remeter ao Tribunal de Contas (TC), nos termos das Resoluções nºs 4/2001 e 26/2103 - 2ª Secção do TC.

No relatório são apresentados e analisados os resultados da execução do orçamento e das grandes opções do plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos e disponibilizada informação sobre o equilíbrio orçamental, as fontes de financiamento, as áreas do investimento e ainda a proposta de integração no orçamento de 2017 do saldo de disponibilidades orçamentais, apurado no fim do exercício de 2016.

No âmbito patrimonial destacam-se os dados relativos às demonstrações financeiras, à evolução do endividamento de curto, médio e longo prazo e à proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício.

Para evidenciar os dados produzidos em cada capítulo do relatório de gestão foram elaborados quadros e gráficos contemplando as variações das execuções dos anos anteriores.

Fazem parte de um documento autónomo, os mapas de prestação de contas elaborados à luz do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Este relatório merece uma menção especial ao enquadramento dos municípios no atual contexto económico e financeiro nacional, face às medidas de consolidação orçamental, ao processo de redução do défice e controlo da dívida pública.



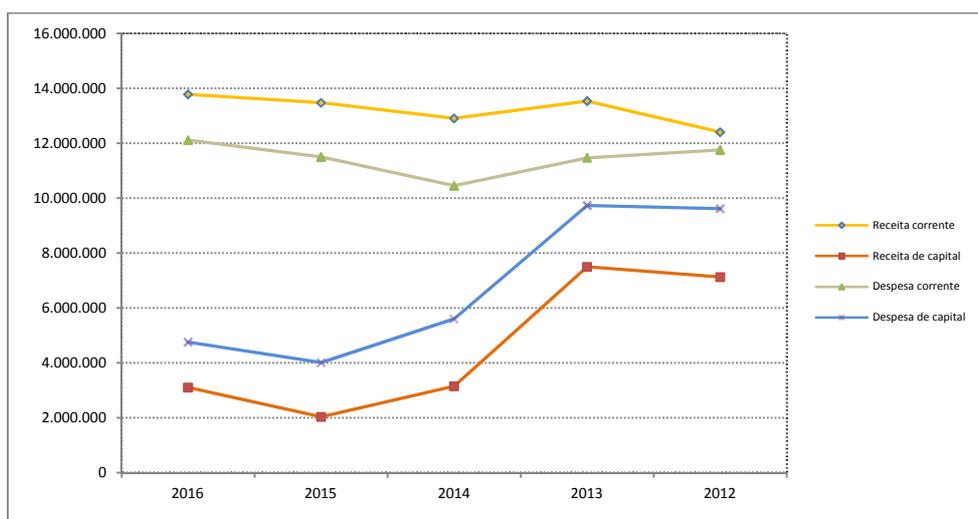
### III - Execução do orçamento

#### Análise global

##### Evolução da execução orçamental

Execução orçamental	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2015-2016	Variação 2014-2015	Variação 2013-2014	Variação 2012-2013
	€								
Receita corrente	13.786.235	13.480.079	12.910.938	13.542.762	12.409.073	2,3%	4,4%	-4,7%	9,1%
Receita de capital	3.107.114	2.041.924	3.152.882	7.502.748	7.134.355	52,2%	-35,2%	-58,0%	5,2%
<b>Total</b>	<b>16.893.348</b>	<b>15.522.004</b>	<b>16.064.221</b>	<b>21.207.097</b>	<b>21.540.608</b>	<b>8,8%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>-24,3%</b>	<b>-1,5%</b>
Despesa corrente	12.119.141	11.504.819	10.456.804	11.475.149	11.762.113	5,3%	10,0%	-8,9%	-2,4%
Despesa de capital	4.757.803	4.015.631	5.607.044	9.731.548	9.616.908	18,5%	-28,4%	-42,4%	1,2%
<b>Total</b>	<b>16.876.944</b>	<b>15.520.450</b>	<b>16.063.849</b>	<b>21.206.697</b>	<b>21.379.021</b>	<b>8,7%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>-24,3%</b>	<b>-0,8%</b>

##### Evolução da execução orçamental



Os quadros que retratam a evolução da execução orçamental nos últimos anos, merecem as seguintes observações:

O período em análise registou uma execução total média na receita e na despesa de cerca de 17 milhões de euros;

A Receita Corrente teve uma evolução positiva no ano de 2016, registando um aumento face ao ano 2015 de cerca de 306 mil euros;

A Receita de Capital cresceu em 2016 relativamente a 2015 cerca de 1 milhão de euros e, como tal, a despesa total paga acompanhou a receita global arrecadada.

No ano de 2016 a Despesa Corrente teve um aumento de cerca de 614 mil euros, face ao registado no exercício anterior, enquanto que o aumento da Despesa de Capital foi de 742 mil euros.



## Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental 2016	
€	
Receita corrente executada	13.786.235
Despesa corrente executada	12.119.141
Saldo corrente	1.667.094
Amortizações médias do ano 2016	1.062.173
Equilíbrio orçamental	604.921

O princípio do equilíbrio orçamental exige que o orçamento preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes acrescidas das amortizações médias de empréstimos de medio e longo prazo.

Receita e despesa/ poupança corrente	2016	2015	2014	2013	2012
	€				
Receita corrente executada	13.786.235	13.480.079	12.910.938	13.542.762	12.409.073
Despesa corrente executada	12.119.141	11.504.819	10.456.804	11.475.149	11.762.113
Poupança corrente	1.667.094	1.975.261	2.454.134	2.067.613	646.959

O quadro anterior deixa claro que, ao longo dos anos em análise, tem sido cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, o que permitiu a libertação de fundos para aplicar em investimento. Como resultado constata-se que no ano 2016 foi possível transferir 1.667.094€ de receita corrente para despesa de capital. É **de salientar que nos últimos anos tem aumentado significativamente a libertação de fundos correntes para aplicar em investimentos.**

## Fluxos financeiros

### Movimentos financeiros-orçamentais e de operações de tesouraria (OT)

Recebimentos		Pagamentos		
€				
<b>Saldo Transitado de 2015</b>		<b>994.108</b>	<b>Despesa Paga</b>	<b>18.079.633</b>
Orçamental	1.926		Orçamental	16.876.944
OT	992.182		OT	1.202.689
<b>Receita Arrecadada</b>		<b>17.966.973</b>	<b>Saldo a transitar para 2017</b>	<b>881.447</b>
Orçamental	16.893.348		Orçamental	18.331
OT	1.073.624		OT	863.117

O quadro dos fluxos financeiros sintetiza os movimentos financeiros associados a todos os recebimentos e pagamentos, ocorridos na gerência de 2016, referentes à execução orçamental e às operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência de 2015 e os saldos a transitar para a gerência de 2017. O valor global de entrada de fundos atingiu os 18 milhões de euros, excepcionado dos saldos transitados da gerência anterior, sendo que 16,8 milhões de euros representaram receita orçamental e 1 milhão disseram respeito a cobranças destinadas a outras entidades.

Os pagamentos efetuados ascenderam a 18 milhões de euros, dos quais 16,8 milhões de euros reportam-se a despesa orçamental e 1,2 milhões de euros a pagamentos de operações de tesouraria.



Os saldos finais da gerência de 2016 totalizaram 881.447 euros, dos quais 18.331 euros respeitaram à execução orçamental e 863.117 euros a operações de tesouraria.

#### IV - Análise da receita

##### Execução da receita

##### Receita orçamentada e executada

Receita orçamentada e cobrada	Previsão inicial	Previsão final	Executado líquido	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Impostos diretos	5.198.466	5.198.466	5.087.809	97,87%	97,87%
Impostos indiretos	157.901	157.901	338.893	214,62%	214,62%
Taxas, multas e outras penalidades	57.486	57.486	67.255	116,99%	116,99%
Rendimentos de propriedade	1.081.468	1.081.468	947.617	87,62%	87,62%
Transferências correntes	5.013.889	5.013.889	4.650.201	92,75%	92,75%
Venda de bens e serviços	2.393.502	2.393.502	2.298.980	96,05%	96,05%
Outras receitas correntes	190.002	419.019	345.801	182,00%	82,53%
<b>Total da receita corrente</b>	<b>14.092.714</b>	<b>14.321.731</b>	<b>13.736.557</b>	<b>97,47%</b>	<b>95,91%</b>
Venda de bens de investimento	27.772	1.277.563	1.421.718	5.119,25%	111,28%
Transferências de capital	975.239	1.045.234	283.073	29,03%	27,08%
Ativos financeiros	100	100	0	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	1.964.826	2.029.076	1.402.323	71,37%	69,11%
Outras receitas de capital	50.001	50.001	0	0,00%	0,00%
<b>Total da receita de capital</b>	<b>3.017.938</b>	<b>4.401.974</b>	<b>3.107.114</b>	<b>102,95%</b>	<b>70,58%</b>
<b>Saldo da gerência incorporado</b>		2.299	2.299		
<b>Total geral</b>	<b>17.110.652</b>	<b>18.726.004</b>	<b>16.845.969</b>	<b>98,45%</b>	<b>89,96%</b>

Como se pode constatar no quadro acima, em 2016 a receita executada atingiu 90%, relativamente à previsão final, a taxa de execução mas alta dos últimos anos.

A Receita Corrente representou cerca de 82% da receita global e superou a receita de capital em 11 milhões de euros.

Em relação ao orçamentado, a Receita Corrente registou uma taxa de execução em 98,45%.

A taxa de execução da Receita de Capital ultrapassou os 70%, em grande parte devido à venda de bens de investimento (esta rubrica reflete a operação de parcelamento dos terrenos da Zona Industrial das Travessas) e a inclusão no orçamento dos passivos financeiros (empréstimos) contraídos no ano 2016.

A Receita de Capital representou 18% da receita total. A execução desta receita fica, contudo, aquém do esperado mormente devido ao atraso de transferências de capitais originárias de fundos comunitários, que registaram uma execução de 27,08%.



## Modificações orçamentais da receita

### Alterações e revisões orçamentais da receita

Rubricas	Valor
	€
Receitas Correntes	<b>14.092.714</b>
Receitas de Capital	<b>3.017.938</b>
<b>Orçamento Inicial</b>	<b>17.110.652</b>
Alterações à receita	1.615.352
<b>Orçamento Final</b>	<b>18.726.004</b>

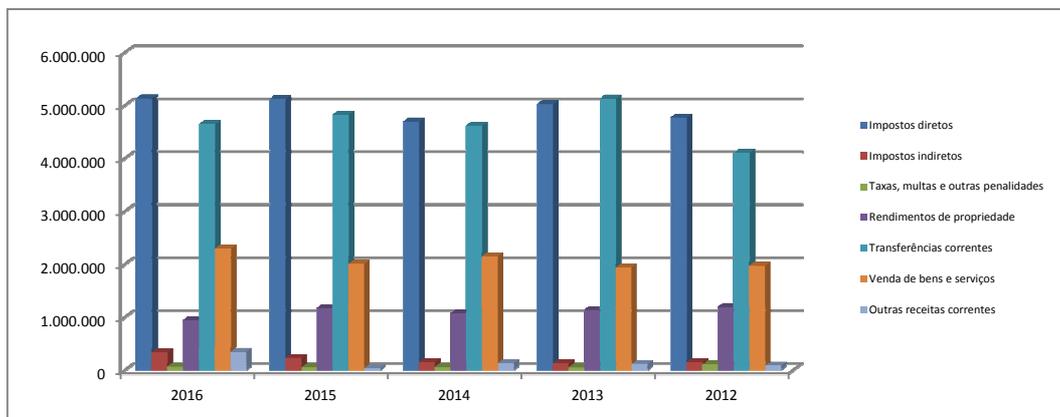
Analisado o quadro supra verifica-se que ao orçamento inicial foram incluídos 1.615.000 de receitas que não estavam previstas no orçamento inicial. Esta inclusão de receita e a taxa de execução que atinge valor de 90% é bem demonstrativa do rigor em que se pauta a elaboração do orçamento municipal.

### Evolução da receita

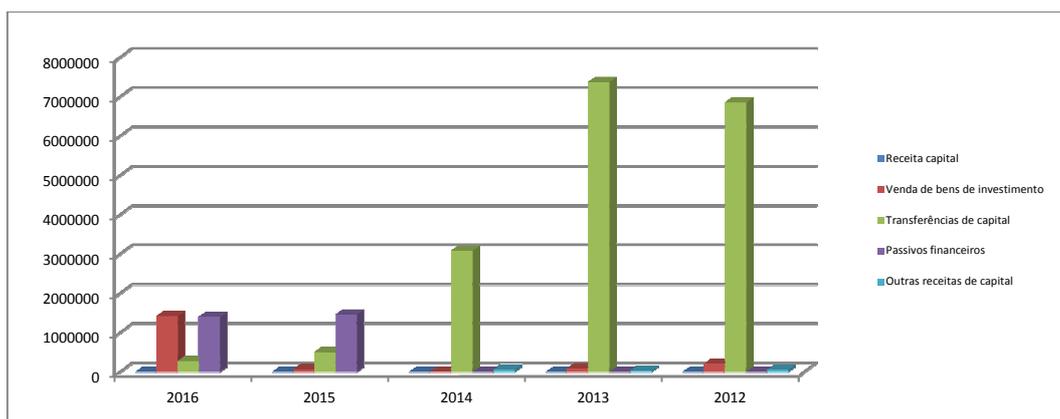
Designação	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2015-2016	Variação 2014-2015	Variação 2013-2014	Variação 2012-2013
	€								
Impostos diretos	5.137.487	5.132.963	4.700.206	5.026.809	4.775.123	0,09%	9,21%	-6,50%	5,27%
Impostos indiretos	338.893	234.286	156.437	128.391	154.242	44,65%	49,76%	21,84%	-16,76%
Taxas, multas e outras penalidades	67.255	57.804	60.620	50.656	110.294	16,35%	-4,65%	19,67%	-54,07%
Rendimentos de propriedade	947.617	1.173.727	1.079.728	1.139.685	1.196.792	-19,26%	8,71%	-5,26%	-4,77%
Transferências correntes	4.650.201	4.831.042	4.624.069	5.134.217	4.110.542	-3,74%	4,48%	-9,94%	24,90%
Venda de bens e serviços	2.298.980	2.010.542	2.153.016	1.942.782	1.973.815	14,35%	-6,62%	10,82%	-1,57%
Outras receitas correntes	345.801	39.714	136.862	120.222	88.265	770,72%	-70,98%	13,84%	36,21%
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>13.786.235</b>	<b>13.480.079</b>	<b>12.910.938</b>	<b>13.542.762</b>	<b>12.409.073</b>	<b>2,27%</b>	<b>4,41%</b>	<b>-4,67%</b>	<b>9,14%</b>
Venda de bens de investimento	1.421.718	72.910	4.613	91.808	208.836	1849,95%	1480,40%	-94,97%	-56,04%
Transferências de capital	283.073	509.014	3.084.312	7.371.624	6.854.201	-44,39%	-83,50%	-58,16%	7,55%
Ativos financeiros	0	0	0	147	10.341	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos financeiros	1.402.323	1.460.000	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras receitas de capital	0	0	63.957	39.169	60.979	0,00%	-100,00%	63,28%	-35,77%
<b>Total da receita de capital</b>	<b>3.107.114</b>	<b>2.041.924</b>	<b>3.152.882</b>	<b>7.502.748</b>	<b>7.134.355</b>	<b>52,17%</b>	<b>-35,24%</b>	<b>-57,98%</b>	<b>5,16%</b>
<b>Saldo da gerência incorporado</b>	<b>2.299</b>	<b>0</b>	<b>400</b>	<b>161.587</b>	<b>1.997.180</b>		<b>-100,00%</b>	<b>-99,75%</b>	<b>-91,91%</b>
<b>Total geral</b>	<b>16.895.647</b>	<b>15.522.004</b>	<b>16.064.221</b>	<b>21.207.097</b>	<b>21.540.608</b>	<b>8,85%</b>	<b>-3,38%</b>	<b>-24,25%</b>	<b>-1,55%</b>



### Evolução da Receita Corrente



### Evolução da Receita de Capital



Os quadros anteriores permitem analisar a evolução das receitas cobradas no período compreendido entre 2016 e 2012.

A receita total bruta ascendeu em 2016 a 17 milhões de euros, representando um aumento de 1,3 milhões de euros face a 2015.

Na Receita Corrente ressalta o aumento de 306 mil euros face ao ano 2015. Na estrutura da receita, a Receita Corrente tem-se constituído, ao longo dos últimos anos, a principal fonte de financiamento do Município.

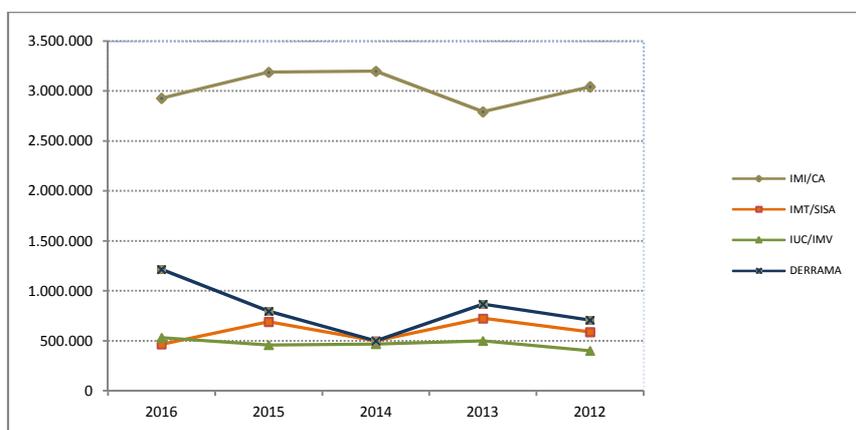
A Receita de Capital aumentou em 2016 cerca de 1 milhão de euros face ao mesmo período de 2015. Este aumento deve-se, sobretudo, ao montante da rubrica de venda de bens de investimentos. A receita de capital evoluiu de forma variável ao longo dos últimos anos, estando patente o decréscimo nos últimos anos, justificado pela diminuição das transferências de capital provenientes de fundos comunitários. À semelhança do que já referimos no ano anterior, é de salientar que a aprovação dos fundos comunitários que se destinavam à construção da nova piscina teriam feito com que estas transferências atingissem os valores registados nos anos de 2011 a 2013.



### Evolução dos Impostos Diretos

Impostos Diretos	2016	2015	2014	2013	2012	Varição 2016/15
	€					
IMI/CA	2.928.191	3.188.319	3.198.173	2.793.296	3.043.632	-8,16%
IMT/SISA	464.632	690.506	497.628	724.474	587.745	-32,71%
IUC/IMV	530.846	458.389	468.663	500.432	401.102	15,81%
DERRAMA	1.213.779	795.104	499.515	867.783	707.951	52,66%
IMPOSTOS ABOLIDOS	39	644	956			
<b>Total</b>	<b>5.137.487</b>	<b>5.132.963</b>	<b>4.664.936</b>	<b>4.885.985</b>	<b>4.740.429</b>	<b>0,09%</b>

Evolução dos Impostos Diretos



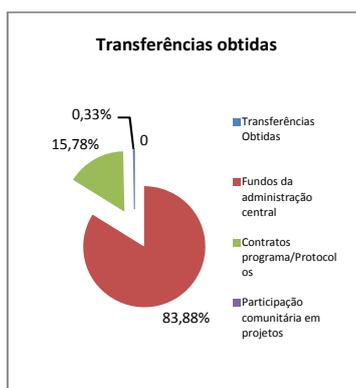
No cômputo global a receita dos impostos diretos manteve os mesmos montantes em 2015/2016, registando um pequeno aumento de 4.523€ face aos valores registados em 2015.

O IMT em 2016 registou uma variação negativa de 225.875€ relativamente ao período homólogo de 2015, bem como a receita de IMI que regista uma diminuição de 260.128€. A diminuição da receita provenientes destes dois impostos é, contudo, compensada pelo aumento de cobrança de derrama que atinge, em 2016, o montante de 1.213.779€, o que reflete um aumento de 418.675€ face aos valores registados em 2015. Verificamos, assim, que nos anos de 2010 a 2013, a cobrança da derrama apresentou variações positivas, registando-se um aumento contínuo desta receita, fazendo-a quase duplicar. No entanto, a derrama cobrada em 2014 quebrou registando valores semelhantes aos registados em 2010. Em 2015, esta receita atingiu o valor de 795.104€, atingindo em 2016 o valor mais alto dos últimos anos - 1.213.779€.



## Evolução das transferências obtidas

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	Peso 2016	Peso 2015	Variação 2015-2016
<b>Fundos da administração central</b>	<b>4.138.062</b>	<b>4.090.144</b>	<b>3.979.242</b>	<b>4.091.516</b>	<b>4.091.516</b>	<b>83,88%</b>	<b>76,59%</b>	<b>1,17%</b>
Corrente	3.854.989	3.808.840	3.704.212	3.510.176	2.928.836	78,14%	71,33%	1,21%
Capital	283.073	281.304	275.030	581.340	1.162.680	5,74%	5,27%	0,63%
<b>Contratos programa/Protocolos</b>	<b>778.709</b>	<b>882.910</b>	<b>754.139</b>	<b>1.422.978</b>	<b>2.887.853</b>	<b>15,78%</b>	<b>16,53%</b>	<b>-11,80%</b>
Corrente	778.709	882.910	645.222	1.098.034	1.179.305	15,78%	16,53%	-11,80%
Capital	0	0	108.917	324.944	1.708.548	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Participação comunitária em projetos</b>	<b>16.503</b>	<b>367.002</b>	<b>2.975.000</b>	<b>6.991.348</b>	<b>3.985.374</b>	<b>0,33%</b>	<b>6,87%</b>	<b>-95,50%</b>
Corrente	16.503	139.292	274.635	526.008	2.402	0,33%	2,61%	-88,15%
Capital	0	227.710	2.700.365	6.465.341	3.982.973	0,00%	4,26%	-100,00%
<b>Total das transferências correntes</b>	<b>4.650.201</b>	<b>4.831.042</b>	<b>4.624.069</b>	<b>5.134.217</b>	<b>4.110.542</b>	<b>94,26%</b>	<b>90,47%</b>	<b>-3,74%</b>
<b>Total das transferências de capital</b>	<b>283.073</b>	<b>509.014</b>	<b>3.084.312</b>	<b>7.371.624</b>	<b>6.854.201</b>	<b>5,74%</b>	<b>9,53%</b>	<b>-44,39%</b>
<b>Total</b>	<b>4.933.274</b>	<b>5.340.056</b>	<b>7.708.381</b>	<b>12.505.842</b>	<b>10.964.743</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7,62%</b>



No último ano as transferências obtidas diminuíram cerca de 406 mil euros, provocado, essencialmente, pela diminuição das transferências de capital.

No que se refere às transferências correntes, registamos uma variação negativa no montante de 180 mil euros que resultou da diminuição das receitas provenientes de contratos programa/protocolos. As transferências de capital pesaram apenas 5,74% no conjunto das transferências obtidas em 2016, tendo diminuído cerca de 225 mil euros.



## Evolução da Receita de Capital

### Evolução da receita de Capital

Designação	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2015-2016	Variação 2014-2015
	€						
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>1.421.718</b>	<b>72.910</b>	<b>4.613</b>	<b>91.808</b>	<b>208.836</b>	<b>1849,95%</b>	<b>1480,54%</b>
Terrenos	1.308.127	0	0	0	0	100,00%	0,00%
Edifícios/Habitagões	112.629	71.655	4.000	91.282	207.200	57,18%	1691,37%
Outros	962	1.256	613	526	1.636	-23,41%	104,72%
<b>Transferências de capital</b>	<b>283.073</b>	<b>509.013</b>	<b>3.084.312</b>	<b>7.371.624</b>	<b>6.854.201</b>	<b>-44,39%</b>	<b>-83,50%</b>
Empresas públicas	0	0	3.377	246.466	502.434	0,00%	-100,00%
Fundo de equilíbrio financeiro	283.073	281.304	275.030	581.340	1.162.680	0,63%	2,28%
Administração central/FEDER	0	227.709	2.700.365	6.498.512	5.032.654	-100,00%	-91,57%
Outras	0	0		45.307	156.432	0,00%	0,00%
<b>Ativos financeiros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>10.341</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Empréstimos a M/L prazos-Famílias	0	0	0	147	10.341	0,00%	0,00%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1.402.323</b>	<b>1.460.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-3,95%</b>	<b>100,00%</b>
Empréstimos a curto prazo	1.000.000	1.460.000				-31,51%	100,00%
Empréstimos a M/L prazos	402.323	0	0	0	0	100,00%	0,00%
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>63.957</b>	<b>39.169</b>	<b>60.979</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Total da receita de capital</b>	<b>3.107.114</b>	<b>2.041.924</b>	<b>3.152.882</b>	<b>7.502.748</b>	<b>7.134.355</b>	<b>52,17%</b>	<b>-35,24%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>2.299</b>	<b>0</b>	<b>400</b>	<b>161.587</b>	<b>1.997.180</b>	<b>100,00%</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>3.109.412</b>	<b>2.041.924</b>	<b>3.153.282</b>	<b>7.664.335</b>	<b>9.131.536</b>	<b>52,28%</b>	<b>-35,24%</b>

As receitas de capital em 2016 aumentaram 1 milhão de euros, face ao ano anterior. Em 2015 estas receitas tinham registado uma diminuição de 1,1 milhões de euros depois de se ter assistido a uma diminuição de 4,5 milhões de euros em 2014/2013.

Na estrutura da receita de capital, em 2016, está patente o aumento das receitas provenientes da venda de bens de investimentos, fortemente influenciada pelo registo da operação de parcelamento da Zona Industrial das Travessas. Como já anteriormente referido, as receitas originárias dos fundos comunitários, influenciaram sobremaneira o resultado da execução da receita de capital.



## V - Análise da despesa

### Execução da despesa

#### Despesa orçamentada e executada

Orçamento da despesa por classificação económica	Previsão inicial	Previsão final	Executado	Taxa de execução inicial	Taxa de execução final
	€				
Despesas com pessoal	4.757.287	4.612.437	4.588.262	96,45%	99,48%
Aquisição de bens e serviços	6.127.493	6.701.854	5.946.630	97,05%	88,73%
Juros e outros encargos	138.820	99.168	88.850	64,00%	89,60%
Transferências correntes	1.355.759	1.210.615	1.163.059	85,79%	96,07%
Subsídios	2.224	2.224	1.867	83,95%	83,95%
Outras despesas correntes	242.501	344.101	330.472	136,28%	96,04%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>12.624.084</b>	<b>12.970.399</b>	<b>12.119.140</b>	<b>96,00%</b>	<b>93,44%</b>
Aquisição de bens de capital	3.231.141	3.529.278	2.536.361	78,50%	71,87%
Transferências de capital	70.925	39.925	35.063	49,44%	87,82%
Ativos financeiros	87.211	87.211	87.209	100,00%	100,00%
Passivos financeiros	1.097.289	2.099.189	2.099.170	191,31%	100,00%
Outras despesas de capital	2	2	0	0,00%	0,00%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>4.486.568</b>	<b>5.755.605</b>	<b>4.757.803</b>	<b>106,05%</b>	<b>82,66%</b>
<b>Total geral</b>	<b>17.110.652</b>	<b>18.726.004</b>	<b>16.876.943</b>	<b>98,63%</b>	<b>90,13%</b>

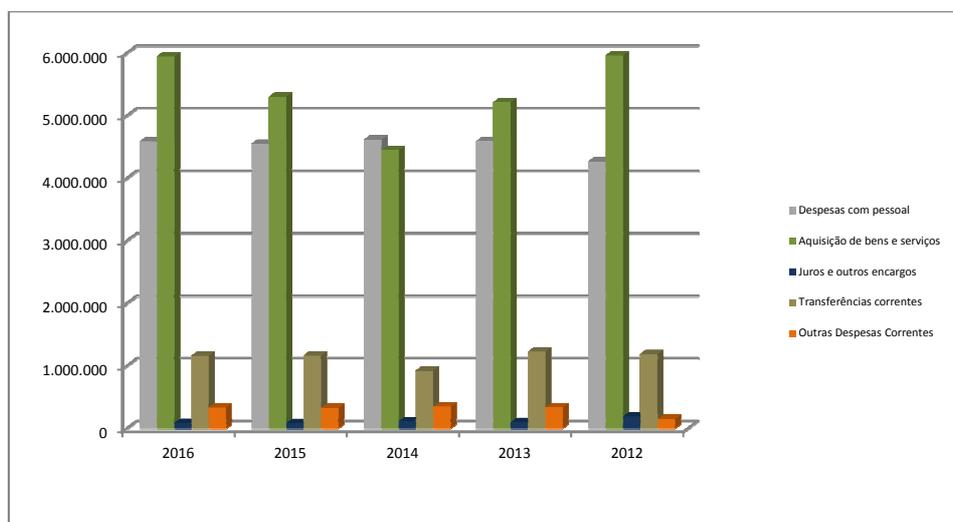
### Evolução da despesa

#### Despesa Executada

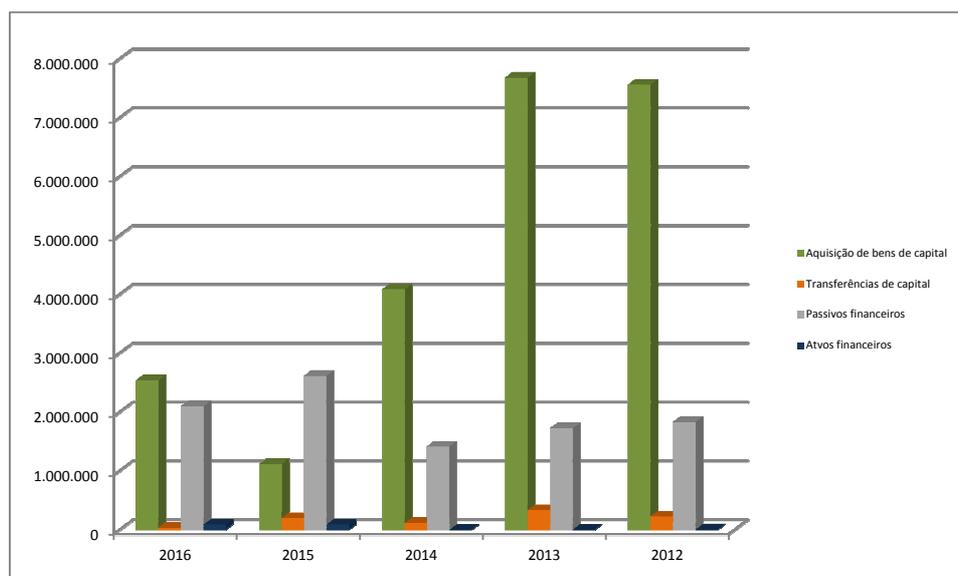
Designação	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2015-2016	Variação 2014-2015
	€						
Despesas com pessoal	4.588.262	4.553.877	4.619.676	4.594.390	4.268.542	0,76%	-1,42%
Aquisição de bens e serviços	5.946.630	5.303.302	4.450.419	5.214.056	5.962.140	12,13%	19,16%
Juros e outros encargos	88.850	87.230	115.515	101.884	190.647	1,86%	-24,49%
Transferências correntes	1.163.059	1.164.926	922.319	1.226.746	1.186.413	-0,16%	26,30%
Outras Despesas Correntes	332.339	330.472	348.876	338.073	154.371	0,56%	-5,28%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>12.119.140</b>	<b>11.439.807</b>	<b>10.456.804</b>	<b>11.475.149</b>	<b>11.762.113</b>	<b>5,94%</b>	<b>9,40%</b>
Aquisição de bens de capital	2.536.361	1.119.729	4.084.122	7.678.488	7.560.818	126,52%	-72,58%
Transferências de capital	35.063	195.848	111.458	331.363	222.832	-82,10%	75,71%
Ativos financeiros	87.209	87.209	0	0	0	0,00%	100,00%
Passivos financeiros	2.099.170	2.612.845	1.411.464	1.721.696	1.829.592	-19,66%	85,12%
Outras despesas de capital	0	0	0	0	3.666	0,00%	0,00%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>4.757.803</b>	<b>4.015.631</b>	<b>5.607.044</b>	<b>9.731.548</b>	<b>9.616.908</b>	<b>18,48%</b>	<b>-28,38%</b>
<b>Total geral</b>	<b>16.876.943</b>	<b>15.455.439</b>	<b>16.063.849</b>	<b>21.206.697</b>	<b>21.379.021</b>	<b>9,20%</b>	<b>-3,79%</b>



### Evolução da Despesa Corrente



### Evolução da Despesa de Capital



Para avaliação da estrutura da despesa são apresentados dois quadros esclarecedores quanto à despesa prevista e paga e à evolução da despesa realizada nos 2012/2016.

No ano de 2016 a despesa executada foi de 90,13%, comparativamente ao orçamento final.

A taxa de execução efetiva da Despesa Corrente fixou-se em 93,44%. Os diversos agrupamentos da Despesa Corrente atingiram taxas de execução aproximadas, oscilando entre 84% nos subsídios e 99,5% nas despesas com pessoal.

O nível de execução da Despesa Corrente contribuiu para o aumento da taxa de execução global da despesa e representou 72% do total da despesa paga.

A taxa de execução efetiva da Despesa Capital fixou-se em 82,66%.



Analisando o quadro da evolução da despesa, verifica-se em 2014 a despesa global diminuiu para 16,03 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 5,1 milhões de euros face ao ano de 2013. No exercício de 2015 a despesa global atingiu o montante de 15,45 milhões de euros, o que significa uma diminuição de 608 mil euros face ao ano anterior. No exercício de 2016 a despesa global atingiu o valor de 16,88 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 1 milhão e 421 mil euros face aos valores registados no ano anterior.

A Despesa Corrente do exercício 2016 aumentou 614 mil euros face a 2015. A Despesa Capital, por seu lado, regista um aumento de cerca de 700 mil euros. No ano de 2016 a despesa com pessoal aumentou 34.385 euros em relação ao período homólogo de 2015, justificado na totalidade pela reposição da redução remuneratória nos vencimentos superiores a 1.500€, ao conseqüente aumento dos encargos indiretos e ao aumento da retribuição mínima garantida. O peso do conjunto dos encargos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços representou 62% da despesa total e 86% da Despesa Corrente.

### Evolução da despesa com pessoal

#### Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2015/2016	Variação 2014/2015	Variação 2013/2014
	€							
Membros dos órgãos autárquicos	127.026	74.599	74.198	114.843	94.988	70,28%	0,54%	-35,39%
Pessoal dos quadros	2.338.062	2.310.601	2.377.794	2.447.725	2.477.108	1,19%	-2,83%	-2,86%
Pessoal contratado a termo	142.095	154.650	130.899	155.290	188.970	-8,12%	18,14%	-15,71%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	139.370	96.569	140.273	115.727	95.096	44,32%	-31,16%	21,21%
Pessoal aguardando aposentação	1.753	12.300	21.183	1.550	3.597	-85,75%	-41,94%	1266,79%
Pessoal em qualquer outra situação	54.168	110.576	85.402	29.943	41.300	-51,01%	29,48%	185,22%
Representação	38.356	24.959	26.949	31.223	35.496	53,68%	-7,39%	-13,69%
Subsídio de refeição	224.436	236.414	238.521	244.033	251.541	-5,07%	-0,88%	-2,26%
Subsídio de férias e de Natal	440.295	468.565	468.510	465.086	209.812	-6,03%	0,01%	0,74%
Horas extraordinárias	17.771	9.624	12.438	16.534	16.500	84,66%	-22,62%	-24,77%
Ajudas de custo	1.519	2.140	2.033	5.175	4.697	-28,99%	5,26%	-60,72%
Abono para falhas	7.091	6.478	6.174	6.507	6.455	9,47%	4,92%	-5,11%
Subsídio de turno/noturno	12.795	14.165	15.448	16.269	16.104	-9,67%	-8,31%	-5,05%
Indemnizações por cessação de funções	5.797	1.174	6.422	10.491	11.347	393,87%	-81,72%	-38,78%
Outros suplementos e prémios	17.696	22.861	28.828	14.228	21.256	-22,59%	-20,70%	102,61%
Segurança social	978.732	971.079	955.490	883.225	754.404	0,79%	1,63%	8,18%
Seguros	41.300	37.125	29.112	36.544	39.871	11,25%	27,52%	-20,34%
<b>Total</b>	<b>4.588.263</b>	<b>4.553.877</b>	<b>4.619.676</b>	<b>4.594.390</b>	<b>4.268.542</b>	<b>0,76%</b>	<b>-1,42%</b>	<b>0,55%</b>

No ano de 2013, o conjunto das despesas com pessoal apresentou um aumento de 325 mil euros face aos valores registados em 2012. Releve-se que este valor é justificado, principalmente, pela reposição total dos subsídios de férias e de natal e o conseqüente aumento dos respetivos encargos indiretos (segurança social/CGA). Concorreu, também, para o crescimento das despesas com pessoal o aumento da taxa da contribuição dos municípios para a CGA de 15% para 20%. Não fosse isso e as despesas com pessoal teriam decrescido em 2013 relativamente a 2012.



No ano de 2014, a suspensão parcial das reduções remuneratórias, o aumento do salário mínimo nacional e novo aumento da taxa de contribuição dos municípios para a CGA de 20% para 23,75% induziram acréscimos de custos de cerca de 176 mil euros. Não obstante, verifica-se que, apesar do aumento da despesa com pessoal provocado pelas imposições legais acima referidas, o aumento global dos custos com pessoal em 2014 foi apenas de 25 mil euros.

No ano de 2015, graças à boa gestão dos recursos humanos, nomeadamente contenção de despesa em abonos variáveis, horas extraordinárias e pessoal em regime de tarefa e avença, bem como em resultado da diminuição do número de trabalhadores, foi possível reduzir as despesas com pessoal em cerca de 65 mil euros, não obstante a reversão parcial das reduções remuneratórias, o conseqüente aumento dos encargos indiretos e o aumento do salário mínimo nacional.

No ano 2016 assiste-se a um pequeno aumento das despesas de pessoal no montante de 34.385€, justificado, na totalidade, pela reversão na totalidade das reduções remuneratórias, conseqüente aumento das contribuições obrigatórias e o aumento da retribuição mínima garantida.

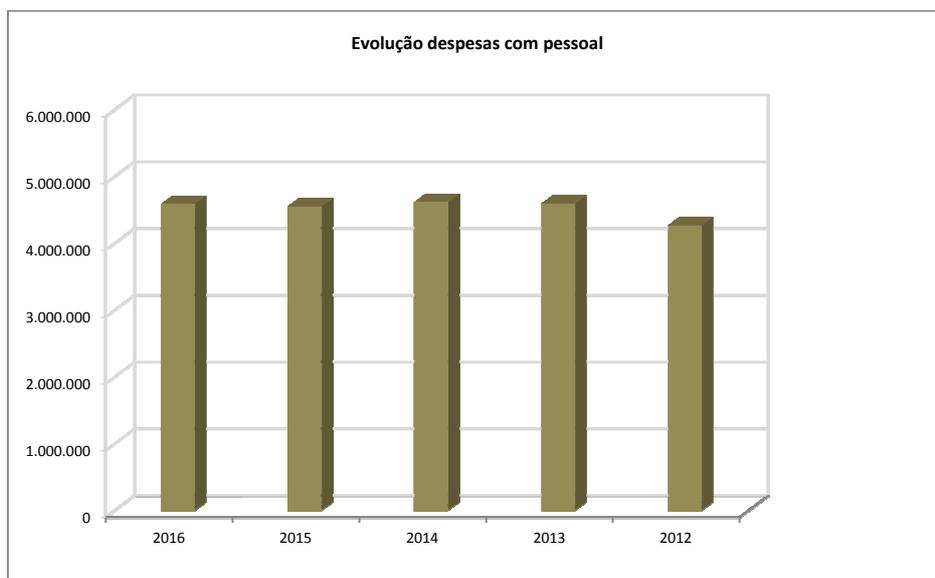
O quadro abaixo apresenta a evolução dos trabalhadores ao serviço da autarquia, desde 2008 a 2016, o qual revela uma **diminuição de 32% do número de trabalhadores** de 2008 até à presente data.

#### Evolução do número de trabalhadores

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Número de trabalhadores (Balanço Social)	250	255	269	257	262	273	294	307	325
Pessoal não docente transferido e afeto a atividades no âmbito da Educação pagos pelo Ministério da Educação	-56	-55	-62	-42	-43	-44	-41	-36	-37
<b>Número trabalhadores excluindo pessoal pago pelo Ministério da Educação</b>	<b>194</b>	<b>200</b>	<b>207</b>	<b>215</b>	<b>219</b>	<b>229</b>	<b>253</b>	<b>271</b>	<b>288</b>

#### Evolução das despesas com pessoal

Designação	2016	2015	Variação		2014	Variação		2013	Variação			
		€	2015	2016		2014	2015		2013	2014	2012	2013
Despesas c/ pessoal	4.588.263	4.553.877	0,76%		4.619.676	-1,42%		4.594.390	0,55%		4.268.542	7,63%



#### **Evolução do investimento/ Análise da estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**

Com os recursos disponíveis e, apesar do atraso na disponibilização de verbas provenientes de transferências de fundos comunitários, foi realizado, no ano 2016, investimento que ultrapassou 2,5 milhão de euros, valor este que passou a enriquecer o património municipal em projetos, dos quais são de destacar:

**Na área do urbanismo:** A construção de passadeiras sobrelevadas, a requalificação de passeios e pavimentação de arruamentos, estacionamento da praça Julião Dinis, estacionamento na travessa da Praça Barbezieux;

**Na área Educação:** As obras de requalificação da escola EB1 de Casaldelo, o parque infantil de Casaldelo, diversas obras de manutenção nas escolas, entre as quais a construção de muro de suporte na Escola EB1 de Casaldelo;

**Na área do ambiente:** o início da obra do albergue para animais errantes e a requalificação do Parque Ferreira de Castro;

**Na área da juventude:** a implantação de escorregas aquáticos nas piscinas exteriores, a construção do parque infantil no mercado;

**Na área da coesão social:** o balneário dos Serviços Sociais no Orreiro;

**Na área da cultura:** o Museu do calçado;

**Novos equipamentos:** a instalação de desfibrilhadores, a aquisição de 4 viaturas, a substituição da cobertura da sala de chá do Parque N.ª S.ª dos Milagres.



## VI - Análise da situação económica e financeira

### Estrutura do balanço

Descrição	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2015/ 2016	Variação 2014/ 2015	Variação 2013/ 2014
	€							
Imobilizado	149.175.579	151.282.376	153.732.824	154.640.836	149.752.181	-1,39%	-1,59%	-0,59%
Existências	36.943	44.951	43.433	68.794	83.550	-17,82%	3,49%	-36,86%
Dívidas de terceiros	810.672	1.591.704	3.372.682	14.236.482	22.381.350	-49,07%	-52,81%	-76,31%
Disponibilidades	881.447	994.108	1.005.644	1.006.593	1.354.560	-11,33%	-1,15%	-0,09%
Acréscimos e diferimentos	5.946.491	5.414.675	5.354.449	3.596.919	3.541.778	9,82%	1,12%	48,86%
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>156.851.132</b>	<b>159.327.814</b>	<b>163.509.034</b>	<b>173.549.624</b>	<b>177.113.419</b>	<b>-1,55%</b>	<b>-2,56%</b>	<b>-5,79%</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>118.178.062</b>	<b>117.731.037</b>	<b>117.596.111</b>	<b>113.718.222</b>	<b>113.819.894</b>	<b>0,38%</b>	<b>0,11%</b>	<b>3,41%</b>
Passivo a médio e longo prazo	5.013.677	6.000.794	7.617.031	8.874.991	11.209.653	-16,45%	-21,22%	-14,17%
Passivo a curto prazo	2.216.188	2.156.067	2.903.122	4.269.781	3.292.174	2,79%	-25,73%	-32,01%
Acréscimos e diferimentos	31.443.205	33.439.916	35.392.770	46.686.630	48.791.697	-5,97%	-5,52%	-24,19%
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>156.851.132</b>	<b>159.327.814</b>	<b>163.509.034</b>	<b>173.549.624</b>	<b>177.113.418</b>	<b>-1,55%</b>	<b>-2,56%</b>	<b>-5,79%</b>

Note-se que o passivo inclui o lançamento da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor total de 436.0487€, o qual inclui 87.209€ que constitui passivo de curto prazo e 348.838€ que constitui passivo de médio e longo prazo. Este montante do FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

**No final do exercício económico de 2016 o imobilizado líquido cifrou-se em 149 milhões de euros**, deduzido das amortizações, reintegrações e provisões.

Relativamente ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo, confirma-se a predominância do ativo fixo na estrutura do balanço, representando, em 31 de dezembro de 2016, 95% do total do ativo líquido.

Em 2016 os Acréscimos e Diferimentos (ativos) totalizaram 5.946.491€ milhões de euros, sendo que 5.924.206,78€ respeita ao reconhecimento de acréscimos de proveitos e 22.284,12€ constituiu custos diferidos.

Os acréscimos de proveitos referidos anteriormente acolheram, essencialmente, proveitos referentes a impostos diretos, rendas a receber e dividendos a ser reconhecidos no exercício 2016, cuja receita virá a realizar-se no exercício seguinte.

Os fundos próprios do Município totalizaram 118 milhões de euros, refletindo um aumento 447.025€ face ao período homólogo.

**O passivo de MLP diminuiu cerca de 1 milhão de euros (-16,45%) relativamente a 2015, quando em 2015 já tinha diminuído -21%** relativamente a 2014, e mais de 6 milhões de euros se compararmos com valores registados em 2012, o que significa que a dívida de médio e longo prazo desceu mais de 55% se compararmos os valores registados em 2016 face aos registados em 2012.

**O passivo de MLP prazo apresenta em 2016 o valor mais baixo dos últimos anos** em análise, apesar de incluir 523.527€ referentes ao FAM.



O passivo de CP registou um pequeno aumento de 112 mil euros no exercício de 2016. Esta rubrica incorpora, para além das dívidas a terceiros, as provisões para riscos e encargos, os saldos de operações não orçamentais, (cauções prestadas por fornecedores de imobilizado e as receitas destinadas ao Estado e a outros entes públicos). É de salientar que o passivo de CP inclui 87.209€ relativo à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), muito embora este não releve para o limite da dívida total.

O valor registado em Acréscimos e Diferimentos (passivos) no valor de 31 milhões de euros, diz respeito a acréscimos de custos (905 mil de euros) a reconhecer nos exercícios seguintes, bem como a proveitos diferidos (30 milhões de euros). Em resultado da especialização dos exercícios, foram contabilizados como acréscimos de custos, responsabilidades com subsídios de férias e o direito a férias do pessoal da autarquia bem como juros a liquidar resultantes do serviço da dívida de empréstimos bancários.

Os Proveitos Diferidos (30 milhões de euros) não constituem um passivo exigível, pois trata-se efetivamente de subsídios ao investimento recebidos pelo Município, cujos proveitos serão reconhecidos em anos futuros, na proporção das depreciações e amortizações dos investimentos objeto de subsídios.

## Análise da demonstração de resultados

### Demonstração de resultados

Descrição	2016	2015	2014	2013	Peso 2016	Variação 2015 2016	Variação 2014 2015
	€						
<b>Custos e perdas</b>							
Custos mercadorias vendidas e das matérias consumidas	409.309	282.906	280.153	661.411	2,65%	44,68%	0,98%
Fornecimentos e serviços externos	4.917.381	4.612.040	4.148.299	4.256.760	31,78%	6,62%	11,18%
Custos com o pessoal	4.669.911	4.501.178	4.642.764	4.700.059	30,18%	3,75%	-3,05%
Transferências e subsídios correntes concedidos	1.423.281	1.530.514	957.788	1.351.864	9,20%	-7,01%	59,80%
Amortizações do exercício	3.358.033	3.395.973	3.412.587	3.202.752	21,70%	-1,12%	-0,49%
Outros custos operacionais	54.687	43.641	57.516	67.723	0,35%	25,31%	-24,12%
Custos e perdas financeiros	92.494	93.686	136.592	128.351	0,60%	-1,27%	-31,41%
Custos e perdas extraordinários	336.931	718.702	885.722	856.106	2,18%	-53,12%	-18,86%
<b>Total</b>	<b>15.262.027</b>	<b>15.178.641</b>	<b>14.521.421</b>	<b>15.225.026</b>	<b>98,64%</b>	<b>0,55%</b>	<b>4,53%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>							
Vendas e prestações de serviços	3.240.017	3.309.917	2.931.961	3.018.642	20,94%	-2,11%	12,89%
Impostos e taxas	5.728.801	5.396.893	5.373.204	4.940.510	37,03%	6,15%	0,44%
Proveitos suplementares	90	11.280	134	12.209	0,00%	-99,20%	8317,91%
Transferência e subsídios obtidos	4.707.253	4.786.324	4.663.625	5.183.767	30,42%	-1,65%	2,63%
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.640	5.138	221	227	0,04%	9,76%	2223,37%
Proveitos e ganhos financeiros	166.894	204.373	362.194	422.987	1,08%	-18,34%	-43,57%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.623.541	1.599.641	1.375.141	1.719.196	10,49%	1,49%	16,33%
<b>Total</b>	<b>15.472.237</b>	<b>15.313.566</b>	<b>14.706.480</b>	<b>15.297.538</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,04%</b>	<b>4,13%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>210.210</b>	<b>134.926</b>	<b>185.059</b>	<b>72.512</b>	<b>1,36%</b>	<b>55,80%</b>	<b>-27,09%</b>

No exercício os custos operacionais totalizaram 14,8 milhões de euros. **A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, que registaram um aumento de 305 mil euros em 2016**, tem absorvido uma parcela importante dos custos operacionais, ao longo dos anos em análise. Incluem-se nestes custos os fornecimentos de serviços assegurados por empresas de



especialidade, no âmbito da limpeza urbana, do tratamento de resíduos sólidos, de refeições escolares e de fornecimento de energia.

**As Amortizações do Exercício, no valor de 3,4 milhões de euros, registaram um valor semelhante ao do ano anterior.** Na estrutura dos proveitos operacionais as rubricas de impostos e taxas e de transferências e subsídios obtidos, em conjunto, representaram 67% do total apurado.

Em 2016 verifica-se uma variação positiva nos proveitos em cerca de 150 mil euros.

**Da relação custos/proveitos obteve-se no exercício económico de 2016 o apuramento de um Resultado Líquido positivo de 210.210,14 euros.**

#### Análise da dívida

##### Evolução da dívida a terceiros

Tipos de Dívida	Capital em dívida em 31/12/2016	Capital em dívida em 31/12/2015	Variação 2015-2016	Capital em dívida em 31/12/2014	Variação 2014-2015	Capital em dívida em 31/12/2013	Variação 2013-2014	Capital em dívida em 31/12/2012	Variação 2012-2013
	€								
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>4.664.839</b>	<b>5.564.746</b>	<b>-16,17%</b>	<b>7.093.774</b>	<b>-21,55%</b>	<b>8.874.991</b>	<b>-20,07%</b>	<b>11.209.653</b>	<b>-20,83%</b>
Empréstimos bancários	4.664.839	5.361.686	-13,00%	6.514.531	-17,70%	7.927.631	-17,82%	9.649.324	-17,84%
Locação Financeira	0	0		0		3.041	-100,00%	8.923	-65,92%
Outros (EDP)	0	203.060	100,00%	579.243	-64,94%	944.320	-38,66%	1.551.406	-39,13%
<b>Curto Prazo</b>	<b>1.080.125</b>	<b>855.622</b>	<b>26,24%</b>	<b>1.588.649</b>	<b>-46,14%</b>	<b>3.026.530</b>	<b>-47,51%</b>	<b>1.774.721</b>	<b>70,54%</b>
Fornecedores	1.080.125	855.622	26,24%	1.588.649	-46,14%	3.026.530	-47,51%	1.774.721	70,54%
<b>Total</b>	<b>5.744.963</b>	<b>6.420.368</b>	<b>-10,52%</b>	<b>8.682.423</b>	<b>-26,05%</b>	<b>11.901.521</b>	<b>-27,05%</b>	<b>12.984.374</b>	<b>-8,34%</b>

\* Na dívida a fornecedores está excluída a dívida a outros credores que não são fornecedores, no montante de 136.380€

Na análise da dívida não é considerada a contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor total de 436.048€, o qual inclui 87.209€ que constitui passivo de curto prazo e 348.838€ que constitui passivo de médio e longo prazo, uma vez que este montante não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

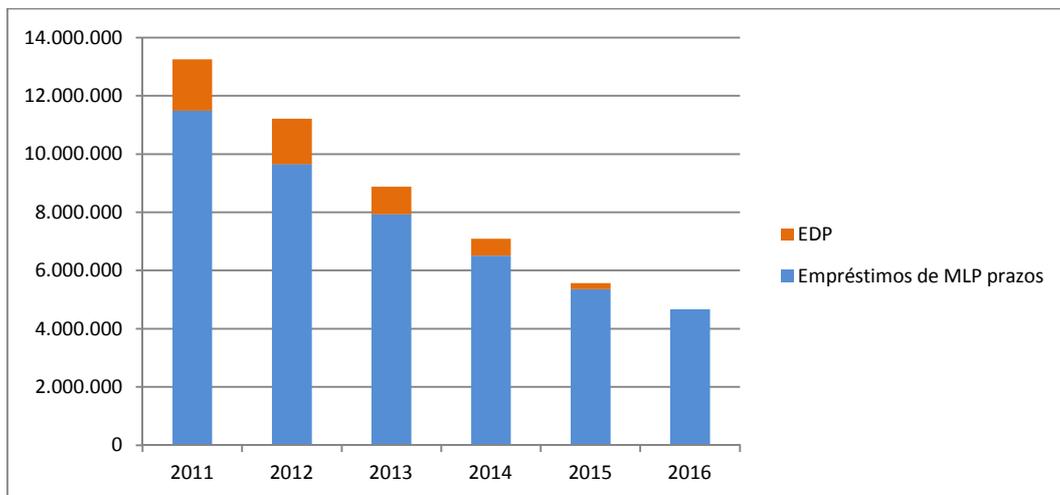
Assim, a 31 de dezembro de 2016 a dívida total do Município a terceiros apresentou um valor de 5,7 milhões de euros (-675 mil euros face a 2015), sendo constituída em 81% por dívida de médio e longo prazo e em 19% por dívida de curto prazo, proporção que evidencia uma excelente estrutura de financiamento.

A dívida de MLP decresceu 6,5 milhões de euros (-58%) entre 2012/2016, correspondendo 5 milhões de euros a dívida de empréstimos bancários, e 1,5 milhões de euros a outras dívidas de MLP a fornecedores.

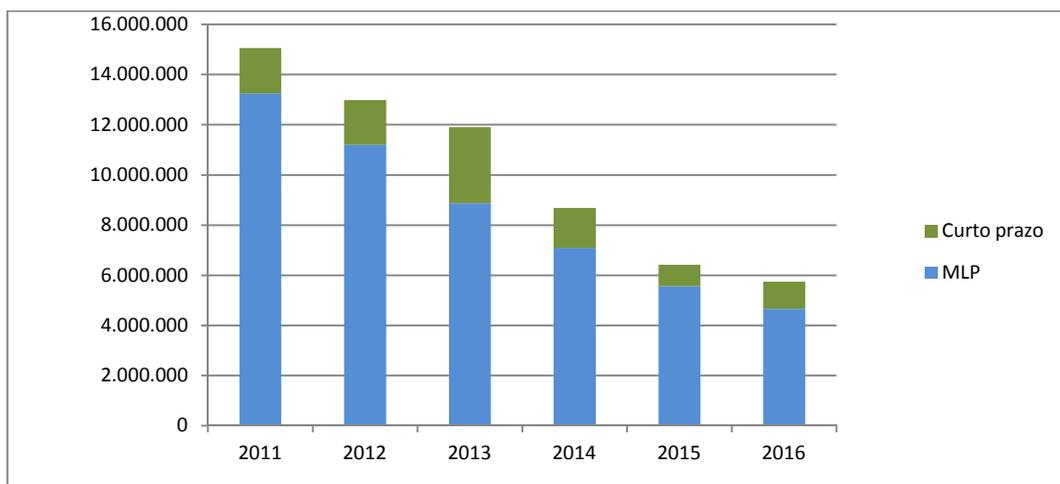
Os gráficos abaixo apresentam a análise da dívida de médio e longo prazo e da dívida total dos anos 2012 a 2015, sendo evidente a diminuição significativa da dívida nos últimos anos.



### Evolução da dívida de M/L prazo



### Evolução da dívida total de MLP e dívida de CP



### Dívida bancária

Dívida	Capital em dívida em 31/12/2016	Capital em dívida em 31/12/2015	Capital em dívida em 31/12/2014	Capital em dívida em 31/12/2013	Capital em dívida em 31/12/2012
€					
Empréstimos de MLP prazos	4.664.839	5.361.686	6.514.531	7.927.631	9.649.327
Contratos de locação financeira	0	0	0	3.041	8.923
<b>Total</b>	<b>4.664.839</b>	<b>5.361.686</b>	<b>6.514.531</b>	<b>7.930.672</b>	<b>9.658.250</b>

O capital em dívida de empréstimos bancários cifrou-se em 4,664 milhões de euros, menos 696 mil euros do valor registado no final do exercício de 2015.



#### Serviço da dívida de empréstimos bancários

Serviço da dívida MLP	2016	2015	2014	2013	2012	Variação 2016/ 2015	Variação 2015/ 2014
	€						
Juros	43.612	63.079	90.507,04	101.902	189.650	-30,86%	-30,30%
Amortizações	1.099.170	1.152.845	1.413.099,71	1.721.696	1.829.592	-4,66%	-18,42%
<b>Total</b>	<b>1.142.783</b>	<b>1.215.925</b>	<b>1.503.606,75</b>	<b>1.823.598</b>	<b>2.019.242</b>	<b>-6,02%</b>	<b>-19,13%</b>

No final de 2016 o serviço da dívida MLP totalizou 1,1 milhões de euros, menos 73 mil euros que em 2015. A diferença verificada entre o valor apurado em 2015/2016 (-6,02%) deixa evidente o esforço financeiro efetuado no ano 2016 no que diz respeito à diminuição da dívida bancária.

#### Endividamento municipal

Até 2011, o limite de endividamento líquido (EL) era calculado tendo por base as receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativa aos anos anteriores. A margem sobre o EL era apurada tendo por base a diferença entre o valor de endividamento apurado e o limite calculado.

O endividamento de ML prazo para cada município tem sido calculado nos termos do artigo 37º da LFL, sendo que desde 2011 a contratação de novos empréstimos esteve limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios nos anos anteriores, proporcional à capacidade de endividamento disponível, para cada município, aferida nos termos da LFL e suas alterações.



O novo quadro normativo do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, veio alterar integralmente as regras de apuramento do endividamento, deixando o limite de ser apurado com base no endividamento líquido, para passar a ser apurado com base na dívida total.

Assim, com a entrada em vigor do referido diploma (1 de janeiro de 2014), o apuramento da dívida total está circunscrito à dívida de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º da referida Lei, não podendo ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da Receita Corrente cobrada nos três exercícios anteriores.

Assim, apuramos, em primeiro lugar a dívida consolidada com as entidades participadas à data de 31 de dezembro de 2015.

Unid: euro

<b>Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2015</b>	
Total dívida de operações orçamentais Município	6.592.065
Total dívidas das entidades participadas relevantes para o cálculo da dívida total	54.964
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2015	6.647.030

A aferição da margem de crescimento para 2016, encontra-se refletida nos quadros seguintes:

Unid: euro

<b>Cálculo da média das receitas correntes líquidas a data de 31/12/2015</b>		
Ano	Receita corrente líquida cobrada 2013	13.401.939,00
	Receita corrente líquida cobrada 2014	12.875.668,00
	Receita corrente líquida cobrada 2015	13.455.660,27
Valor de referência		<b>13.244.422,42</b>
<b>Limite máximo 150%</b>		<b>19.866.633,64</b>

Assim, tendo em conta este limite, o grupo municipal poderia aumentar o seu endividamento até ao montante de 9.290.951€, conforme se pode aferir no mapa seguinte:

Unid: euro

<b>Limites para 2016</b>	
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2015	6.647.030
Margem total	13.219.603,64
Possibilidade de crescimento	2.643.920,73
<b>Limite máximo final a 31/12/2016</b>	<b>9.290.951</b>

O quadro seguinte apresenta o apuramento do limite total da dívida consolidada com as entidades participadas em 31 de dezembro de 2016:



Cálculo da dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2016	
Dividas a Terceiros de MLP - EXCLUI FAM	4.664.839€
Dividas a terceiros Curto Prazo CP - EXCLUI FAM	2.079.622€
<b>Total das Dívidas a terceiros</b>	<b>6.744.460€</b>
Operações não orçamentais ( CP) - a excluir	863.117€
<b>Total dívida de operações orçamentais MUNICIPIO</b>	<b>5.881.344€</b>
<b>Total dívidas das entidades participadas relevantes para o cálculo da dívida total</b>	<b>2.637.692€</b>
<b>Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2016</b>	<b>8.519.036€</b>

Assim:

Posição do Município à data de 31/12/2016 face ao limite apurado para 2016	
Limite máximo permitido para a dívida a 31/12/2016	9.290.951€
Dívida consolidada com as entidades participadas em 31/12/2016	8.519.036€
<b>MARGEM A 31/12/2016</b>	<b>771.915€</b>

Verifica-se que o grupo municipal termina o ano de 2016 com uma margem de 771.915 € face ao limite máximo e apresenta uma dívida total abaixo da média das receitas líquidas cobradas, cumprindo, assim, integralmente a lei.

**Para o ano de 2017:**

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo para o ano de 2017.

Limite Endividamento		Montante
Ano	Receita corrente líquida cobrada 2014	12.875.668,00
	Receita corrente líquida cobrada 2015	13.455.660,27
	Receita corrente líquida cobrada 2016	13.736.556,84
Valor de referência		13.355.961,70
<b>Limite máximo 150%</b>		<b>20.033.942,56</b>

De acordo com as regras já mencionadas e tendo consideração a dívida do grupo municipal a 31 de dezembro de 2016 e o limite máximo apurado, a margem de endividamento para 2017 afere-se no quadro seguinte:

Limites para 2017	
Dívida total a 31/12/2016	8.519.036
Margem total	11.514.907
Possibilidade de crescimento	2.302.981
<b>Limite máximo final</b>	<b>10.822.017</b>



### Prazo Médio de Pagamento (PMP)

O cálculo do PMP tem como suporte a fórmula estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de fevereiro, que veio regulamentar o programa Pagar a Tempo e Horas, aplicado à administração central, às regiões autónomas, aos municípios e às empresas públicas, na qualidade de adquirentes de bens e serviços a fornecedores.

A fórmula atrás referida contempla no numerador o valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre e no denominador as aquisições de bens e serviços realizadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Através dos dados reportados pela autarquia no SIAL-Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) forneceu os seguintes resultados, quanto ao apuramento do PMP do Município de S. João da Madeira nos anos 2010/2016:

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de dias	98	78	49	49	31	71	39

Prazo médio de pagamentos de 2014 atualizado (face aos valores apresentados na prestação de contas de 2014) de acordo com informação disponível na DGAL.

Em 2016, conclui-se, o **Prazo Médio de Pagamentos desce para 39 dias**, o que também demonstra e consolida os bons resultados da execução financeira do ano 2016, nomeadamente, no cumprimento das obrigações de pagamento junto dos fornecedores.

### VII - Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e em atenção ao relatório que antecede, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2016 de **210.210,14** euros, tenha a seguinte aplicação:

- 10.510,51€ reservas legais
- 199.699,63€ resultados transitados

Propõe-se igualmente que seja aprovada, como revisão do orçamento de 2016, a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2016, no montante de 18.330,72 euros, nos termos da a) do ponto 8.3.1.4 do POCAL e em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



## VIII - Anexo às demonstrações financeiras

### Introdução

Para facilitar a compreensão das demonstrações financeiras exigidas no ponto 2 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na Resolução nº4/2001, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas, foram elaborados os anexos que se seguem, constituídos pela caracterização da entidade, as notas ao balanço e à demonstração de resultados e as notas sobre o processo orçamental.

As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo em consideração os princípios contabilísticos consagrados no POCAL, de forma a assegurar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira.

De acordo com o princípio da continuidade estabelece-se uma correspondência entre os balanços finais de 2011 - 2012-2013 – 2014, 2014- 2015 e 2015 – 2016.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL. As notas cuja numeração se encontra omissa nestes anexos, ou não são aplicáveis ao exercício de 2014 ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

### 1 – Caracterização da entidade

O mapa de caracterização do Município de S. João da Madeira faz parte dos documentos de prestação de contas apresentados autonomamente.

### 2- Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais tem como princípio a integração de três sistemas contabilísticos, designadamente da contabilidade orçamental, da contabilidade patrimonial e da contabilidade de custos.

O sistema de contabilidade de custos, instrumento indispensável à gestão autárquica, foi implementado em 2012.

### 2.2 Comparabilidade

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras. No apuramento da dívida consolidada foram consideradas as dívidas das seguintes participadas: AMTSM, ANMP, Energia e Sanjotec, conforme critérios previstos no art.º 54º da 73/2013, de 3 de Setembro.

### 2.3 Critérios valorimétricos

#### A) Imobilizado

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE- Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, isto é, ao custo de aquisição ou de produção. O valor atribuído aos bens constantes do balanço inicial foi calculado segundo critérios técnicos adequados à sua natureza.

As amortizações foram calculadas segundo o método das quotas constantes e segundo as taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 621/2000, de 17 de Abril.

A partir de 2011 o tempo de vida útil dos bens passou a ser contabilizado em meses (anteriormente calculado em anos) atribuindo-se, desta forma, maior rigor no cálculo das amortizações.

Os investimentos financeiros constituídos por partes de capital, foram registados pelo valor de aquisição.

#### B) Ativo circulante

As existências foram registadas ao custo de aquisição e adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

#### C) Dívidas de e a terceiros



As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam. A rubrica de provisões para dívidas de cobrança duvidosa, foi utilizada para os encargos que podem tornar-se efetivos no futuro, em seguimento do princípio contabilístico da prudência. As provisões para riscos e encargos dizem respeito a montantes de indemnizações de processos judiciais em curso nos tribunais. As provisões para cobrança duvidosa dizem respeito a serviços de fornecimento de água, anteriores a 2003.

D) As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários traduzem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

E) Os acréscimos e diferimentos serviram para reconhecer as receitas e as despesas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas, em obediência ao princípio da especialização do exercício.

## 2.7 Movimentos do ativo imobilizado-ativo bruto e amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas diversas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e as respetivas amortizações do exercício estão plasmados nos quadros seguintes:

### Ativo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo final
	€						
<b>Investimentos Financeiros</b>	<b>1.773.224</b>						<b>1.773.223,50</b>
Partes de capital	1.396.164,71						1.396.164,71
Outras aplicações financeiras	377.058,79						377.058,79
<b>Imobilizações corpóreas</b>	<b>128.886.370,92</b>		<b>2.008.631,18</b>	<b>1.394.496,94</b>	<b>341.033,26</b>		<b>129.841.538,42</b>
Terrenos e recursos naturais	31.554.080,65		1.490.719,04	1.356.922,95			31.687.876,74
Edifícios e outras construções	88.585.383,99		66.629,87	37.573,99	341.033,26		88.955.473,13
Equipamento básico	3.903.926,49		203.521,37				4.107.447,86
Equipamento de transporte	1.259.097,67		86.945,14				1.346.042,81
Ferramentas e utensílios	276.981,00		3.439,63				280.420,63
Equipamento administrativo	1.862.333,13		45.332,76				1.907.665,89
Artigos e objetos de valor	75.262,63		14.358,10				89.620,73
Outras imobilizações corpóreas	1.369.305,36		97.685,27				1.466.990,63
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>1.512.597,86</b>						<b>1.512.597,86</b>
Despesas de instalação	360.943,94						360.943,94
Despesas de investigação e de desenvolvimento	506.803,43						506.803,43
Propriedade industrial e outros direitos	140.108,35						140.108,35
Outras	504.742,14						504.742,14
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>910.128,51</b>		<b>541.692,64</b>		<b>-305.529,83</b>		<b>1.146.291,32</b>
Imobilizado em curso de imobilizações corpóreas	724.957,69		409.889,33		-247.509,98		887.337,04
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	137.835,42						137.835,42
Imobilizações em curso de bens de domínio público	47.335,40		131.803,31		-58.019,85		121.118,86
<b>Bens do domínio público</b>	<b>63.666.558,03</b>		<b>63.683,63</b>	<b>18.194,66</b>	<b>8.745,00</b>		<b>63.720.792,00</b>
Terrenos e recursos naturais	18.730.133,63		26.561,41	18.194,66			18.738.500,38
Outras construções e infraestruturas	44.936.424,40		37.122,22		8.745,00		44.982.291,62
<b>Total</b>	<b>196.748.878,82</b>		<b>2.614.007,45</b>	<b>1.412.691,60</b>	<b>44.248,43</b>		<b>197.994.443,10</b>



A análise do imobilizado bruto permite avaliar com mais detalhe os aumentos e as reduções verificadas nas diversas rubricas que compõem o ativo do município.

O saldo do ativo bruto a 31 de Dezembro de 2016 aumentou 0,63% (1.245.564,28€), face ao saldo inicial do mesmo ano. O crescimento do imobilizado está sobretudo associado ao aumento do imobilizado corpóreo.

#### Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
	€			
<b>De imobilizações corpóreas</b>	<b>24.674.213,80</b>	<b>2.067.485,63</b>	<b>5.671,33</b>	<b>26.736.028,10</b>
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	17.807.803,89	1.634.640,85	5.671,33	<b>19.436.773,41</b>
Equipamento básico	2.605.897,05	298.139,91		<b>2.904.036,96</b>
Equipamento de transporte	1.216.104,65	29.446,41		<b>1.245.551,06</b>
Ferramentas e utensílios	260.095,44	6.129,83		<b>266.225,27</b>
Equipamento administrativo	1.709.108,99	60.439,88		<b>1.769.548,87</b>
Outras imobilizações corpóreas	1.075.203,78	38.688,75		<b>1.113.892,53</b>
<b>De imobilizações incorpóreas</b>	<b>1.153.944,81</b>	<b>13.921,74</b>		<b>1.167.866,55</b>
<b>De bens de domínio publico</b>	<b>19.638.343,94</b>	<b>1.276.625,61</b>		<b>20.914.969,55</b>
<b>Total</b>	<b>45.466.502,55</b>	<b>3.358.032,98</b>	<b>5.671,33</b>	<b>48.818.864,20</b>

O saldo final das amortizações acumuladas aumentou 3,3 milhões de euros (7,4%) relativamente ao saldo inicial de 2015.

As amortizações de imobilizações corpóreas atingiram 2 milhões de euros e representaram 62% das amortizações totais do exercício, sendo que as amortizações registadas na rubrica de edifícios e outras construções foram responsáveis por 79% das amortizações do imobilizado corpóreo e por 49% das amortizações totais.

#### 2.8 Movimentos desagregados do ativo imobilizado

A desagregação do ativo imobilizado pelas rubricas de edifícios, outras construções e viaturas, integra o volume autónomo dos documentos de prestação de contas, contendo a descrição do ativo imobilizado, os valores e datas de aquisição e de reavaliação, as taxas de amortização, as amortizações do exercício e as acumuladas, as alienações, as transferências, os abates no exercício e os respetivos valores líquidos patrimoniais. A relação dos bens imóveis abatidos faz parte do volume autónomo.



## 2.12 Imobilizações corpóreas e em curso

### Imobilizações em poder de terceiros

Nº. Bem	Cedência	Objeto	Entidade	Valor Patrimonial
				€
24021	Parcela Terreno entre as Ruas Vale Vouga e Vale de Cambra	Creche/ Ludoteca	Santa Casa Misericórdia de S. João Madeira	209.880
20935	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Estação serviço combustível	Shell Portuguesa, S.A	411.700
21121	Parcela Terreno na Praça 25 de Abril	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	0
21127	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	22.731
24230	Parcela Terreno na praçeta Júlio Dinis	Parque estacionamento	CPE - Companhia Parques Estacionamento	29.623
24362	Parcela Terreno na Av. Dr. Renato Araújo	Passagem superior	Sierra Management Portugal - Gestão Centros Comerciais, S.A	242.210
24513	Fração A sita na Rua Alão de Morais-r/c piso 0	Funções sociais	Cerci S. João Madeira	103.847
25667	Parcela Terreno	Centro incubação empresas	Sanjotec - Associação Científica e Tecnológica	711.000
25083	Edifício da Guarda Nacional Republicana	Destacamento da GNR	Estado - Guarda Nacional Republicana	315.291
25014	Polidesportivo de Fundo de Vila	Prática desportiva	Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila	74.126

As parcelas de terrenos foram cedidas pelo Município através de contratos de cedência de direito de superfície.

As cedências das instalações à CERCI e ao Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila, foram tituladas por contratos, em regime de comodato.

## 2.16 Entidades participadas

Designação	Identificação fiscal	Capitais Próprios	Resultado Líquido 2016	Participação do Município	
			€	%	
Águas do Norte(a)	503537624	281.372.941	13.024.049	77.468	0,05%
Águas de S. João, E.M, S.A.	508326567	1.249.467	366.579	255.000	51%
Associação de Município de Terras de Santa Maria	501651888	3.781.341	-142.276		20%
Centro Tecnológico de Calçado	501846654	2.754.811	15.438	9.976	0,53%
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	51.969.552	205.838	34.627	0,41%
HABITAR S. João, E.M.	506546365	282.236	1.470	250.000	100%
Município-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504475606	3.326.945	7.837	4.988	0,15%
Sanjotec-Associação Científica e Tecnológica (b)	507745868	10.054.920	11.798	523.000	74%
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	212.947	32.573	7.200	4,80%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A (c)	504558161	157.489	-42.675	499	0,06%
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais de Terras de Santa Maria, EIM (d)	509042201	7.782.321	92.415		
FAM – Fundo Apoio Municipal	513319182	418.603.216	684.481		0,09%

a) Participação de Aguas do Douro e Paiva, SA. Decreto Lei n.º 93/2015, de 29/05 criada a entidade Aguas do Norte, SA.

b) Elementos do exercício de 2015

c) Adesão à entidade através da Área Metropolitana do Porto

d) Participação indireta – adesão através da Associação de Municípios de terras de Santa Maria



## 2.26. Contas de ordem

A descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções rececionadas e prestadas faz parte do volume de documentos de prestação de contas apresentado autonomamente.

Garantias e cauções de terceiros				Unid: euro
Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções de terceiros prestadas	4.149.314,79		143.143,91	3.974.762,35
Garantias e cauções de terceiros devolvidas		317.696,35		
Garantias e cauções de terceiros acionadas				

As contas de garantias prestadas por terceiros têm como finalidade contabilizar factos que não produzem alterações patrimoniais no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. Estas cauções foram prestadas para garantir o cumprimento de condições contratuais relacionadas de fornecimentos de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas.

### Garantias e cauções a favor de terceiros

Garantias e cauções a favor de terceiros					Unid: euro
Designação	Saldo da gerência anterior	Devedor	Credor	Saldo para a gerência seguinte	
Garantias e cauções a terceiros prestadas	10.761,74	259.134,50		269.896,24	
Garantias e cauções a terceiros devolvidas					

## 2.27. Provisões

### Provisões acumuladas

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
	€			
Provisão para cobranças duvidosas	199.297			199.297
Provisão para riscos e encargos	49.358			49.358



## 2.28. Movimentos nas contas de fundos próprios

Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
		€			
51	Património	105.663.599	236.815		105.900.414
56	Reservas de reavaliação	35.100			35.100
571	Reservas legais	37.479	15.999		53.478
575	Subsídios	2.655.872			2.655.872
576	Doações	178.102			178.102
577	Reservas decorrentes de transferências ativos	4.517.989			4.517.989
578	Cedência por permuta	1.320.194			1.320.194
59	Resultados transitados	3.187.776	303.986		3.306.703
88	Resultado líquido em exercício	134.925	75.284		210.210,14
<b>Total</b>		<b>117.731.037</b>	<b>632.085</b>		<b>118.178.062</b>

### 571 - Reservas legais

De acordo com o número 2.7.3.5 do POCAL e independentemente do disposto no nº 2.7.3.4, deve a autarquia local constituir o reforço anual da conta 571 Reservas legais, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, quando este for positivo e mesmo que o resultado transitado seja negativo.

### 59 - Resultados transitados

A conta 59 acolhe, nos termos legais, o montante de 303.986 euros do resultado líquido do exercício de 2014 e 2015.

## 2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2016	2015	Variação 2015/2016
	€		
Existências Iniciais	33.447	43.433	-9.986
Compras	414.437	284.440	C6-D6
Regularização de existências	-1633	-15,63	-1.649
Existências finais	36.943	44.951	-8.008
<b>Custos no exercício</b>	<b>409.308</b>	<b>282.906</b>	<b>126.402</b>

Os custos das matérias-primas no fim do exercício registaram um aumento de 126.402€ face ao valor inicial, resultante da conjugação das existências iniciais, aumento das compras e das existências finais. As regularizações das existências são saldadas em função do sistema de inventário permanente tendo em conta os proveitos resultantes de bónus ou os custos de quebras.



### 2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
Juros suportados	86.917	86.373	Juros obtidos	4.117	8.978
Provisões para aplicações financeiras			Rendimentos de imóveis		67.655
Outros custos e perdas financeiras	5.577	7.313	Rendimentos de participações de capital	162.670	127.740
Resultados Financeiros	74.400	110.687	Ganhos alienação aplicações de tesouraria		
			Outros proveitos e ganhos financeiros	107	
<b>Total</b>	<b>166.894</b>	<b>204.373</b>	<b>Total</b>	<b>166.894</b>	<b>204.373</b>

### 2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Unid: euro

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
Transferências de capital concedidas	33.414	195.223	Restituição de impostos		8
Perdas em existências	1633		Ganhos em existências		0
Perdas em imobilizações	22.403	81.958	Ganhos imobilizações	111.601	73.089
Multas e penalidades		232,5	Benefícios penal. contratuais	31.777	30.617
Aumentos amortizações provisões			Reduções amortizações provisões		
Correções relativas a exercícios anteriores	170.126	60.827	Correções exercícios anteriores	214.536	122.180
Outros custos e perdas extraordinários	109.355	380.460	Outros prov. e ganhos extraordinários	1.265.627	1.373.748
Resultados extraordinários	1.286.610	880.939			
<b>Total</b>	<b>1.623.541</b>	<b>1.599.641</b>	<b>Total</b>	<b>1.623.541</b>	<b>1.599.641</b>



### 3. Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

As Modificações ao orçamento fazem parte dos anexos às notas ao processo orçamental e respetiva execução, do volume de documentos de prestação de contas, elaborados em conformidade com o estipulado no POCAL, constituídos pelas alterações e revisões realizadas à receita, à despesa e ao PPI na gerência de 2016.

#### 3.3 – Contratação administrativa

A contratação administrativa faz parte dos anexos às demonstrações financeiras, do volume de documentos de prestação de contas e descreve os contratos escritos celebrados com terceiros, durante a gerência de 2016 e os com execução financeira em 2016, contratados em anos anteriores. Os contratos são descritos por natureza conforme se trate de empreitadas de obras públicas, gestão de serviços públicos, prestação de serviços e aquisição de bens, identificando o valor da adjudicação, os montantes dos pagamentos efetuados na gerência e os valores dos pagamentos acumulados de exercícios anteriores.

#### 8.3.4 - Mapa das transferências e subsídios

Constituem os anexos às demonstrações financeiras os mapas das transferências e subsídios concedidos e obtidos, constantes dos documentos de prestação de contas.

#### 8.3.6.1 Endividamento/Empréstimos

##### Empréstimos de Médio e Longo Prazos

Ano 2.016

Unidade: Euro

Caracterização do Empréstimo	Capital		Encargos			Dívida em 1 de Janeiro 2016	Valor em dívida a 31 de Dezembro 2016
	Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total		
<b>Médio e Longo Prazos (b)</b>							
<b>Caixa Geral de Depósitos</b>							
Processo n.º 0735/000941/991	1.155.286	1.142.440	13.687,62	1.044,47	14.732,09	134.529,11	120.841,49
Processo n.º 0735/000946/091	4.512.555	4.092.225	176.298,24	1.324,79	177.623,03	1.769.022,11	1.592.723,87
Processo n.º 9015/005163/791	879.078	879.078	113.602,41	106,52	113.708,93	170.430,87	56.828,46
Processo n.º 9015/005785/691	900.000	900.000	114.916,87	186,28	115.103,15	287.436,53	172.519,66
Processo n.º 9015/008466/791	1.685.574	219.045	0,00	0,00	0,00	0,00	219.045,19
<b>Banco BPI</b>							
Nova Escola Básica SJM	766.037	732.704	94.281,69	4.575,90	98.857,59	336.315,96	242.034,27
Projetos de Investimento 2016	209.649	183.278	0,00	0,00	0,00	0,00	183.277,88
<b>BBVA</b>							
Escola dos Ribeiros	184.480	156.172	17.352,48	753,80	18.106,28	78.086,15	60.733,67
Casa das Artes e da Criatividade	1.060.787	1.060.787	117.865,24	5.475,58	123.340,82	559.859,72	441.994,48
Sanjonet - Rede de Inovação e Competitividade	1.083.600	1.083.600	120.400,00	5.768,36	126.168,36	602.000,00	481.600,00
<b>Bankinter, S.A</b>	586.378	586.378	170.765,77	21.221,23	191.987,00	944.005,56	773.239,79
	800.000	800.000					
<b>Administrações Públicas</b>							
	800.000	800.000	160.000,00	3.155,33	163.155,33	480.000,00	320.000,00
<b>Total</b>	<b>14.623.424</b>	<b>12.635.707</b>	<b>1.099.170,32</b>	<b>43.612,26</b>	<b>1.142.782,58</b>	<b>5.361.686,01</b>	<b>4.664.838,76</b>



### **3.6.2 – Outras dívidas a terceiros**

O mapa das outras dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo apresenta-se desagregado segundo as rubricas do balanço e faz parte dos documentos de prestação de contas.